Preservação do Rio Pajeú

José Liberal de Castro*

Conversas informais, comuns entre companheiros do Instituto do Ceará, quase sempre abarcam diferentes e inesperados assuntos, embora as assertivas terminem por se concentrar em proposições específicas. Eis como se explica o interesse do autor deste artigo pelo exame das origens e do atual estado de preservação do rio Pajeú, curso d'água, que corta parte da zona central da cidade da Fortaleza. Entre outros estímulos, sem dúvida, as indagações instigantes do sócio efetivo José Eurípedes Maia Chaves Júnior, sobre o tema, contribuíram fortemente para a escolha do título da palestra realizada pelo autor deste artigo no Auditório do Instituto do Ceará, em 25 de outubro de 2019. O texto, ora publicado consoante os padrões gráficos adotados pela Revista do Instituto, aparece, em consequência, desacompanhado das inúmeras ilustrações coloridas, expostas no transcurso da palestra.

O rio Pajeú

O rio Pajeú é um curso d'água com extensão de aproximadamente 4.250 metros, que brota de uma fonte situada na cota 25,00 metros, sobre o nível do mar, no bairro da Aldeota, no município de Fortaleza, em uma quadra localizada, segundo mapas oficiais, entre as ruas Tibúrcio Cavalcante e NunesValente [ambas dispostas na direção NS] e ruas Padre Valdevino e Rocha Lima [ambas desenvolvidas na direção EW]. Desde sua nascença, dirige-se para oeste, com relativa lentidão, pois corre em terreno plano, na cota de 20,00metros, embora mostre relevo distendido com suaves oscilações. De sua nascença até o cruzamento com a rua Gonçalves Ledo, o rio Pajeú circula hoje canalizado, quando aflora e passa

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

a atravessar quintais, ao longo de uns poucos quarteirões. Mais adiante, inflecte em curva, para o norte, quase sempre a céu aberto, tratado paisagisticamente em pequenos trechos. Ao fim da curva, recebe pela margem esquerda seu único afluente, o riacho do Garrote, escondido em canalização subterrânea, com curto curso entre as ruas Pedro Pereira e Pedro I, o riacho era entrecortado por uma depressão rasa, que formava a lagoa do Garrote, transformada no atual Parque da Liberdade, com obras de paisagismo iniciadas nas décadas de encerramento do século XIX. Finalmente, após curvas de raios amplos, o Pajeú corta os jardins do Paço Municipal, ultrapassando-os; cruza a avenida Alberto Nepomuceno, a antiga rua da Ponte (nome dado ao passadiço lançado sobre o rio), e deságua na outrora dita praia Formosa, esta irreconhecivelmente modificada em tempos recentes.

A preservação do rio Pajeú

Os presentes comentários sobre o estado de preservação do rio Pajeú podem ser divididos em dois ou até três períodos cronológicos. No primeiro período, ocorre um total alheamento à aparência do rio, fato compreensível, porque boa parte do seu curso fluía em áreas do Município ainda não construídas. Também não despertava atenção nos trechos que hoje formam a zona central da Cidade, então unicamente ocupada pelo casario urbano, em cujos quintais, e nos terrenos baldios, o rio corria a céu aberto.

Somente em meados do século XX, ou melhor, entre 1933 e 1962, numa segunda fase, as diretrizes de planejamento da Cidade, já envolvidas com preocupações ambientais, na ocasião são contratadas pela Municipalidade, com urbanistas qualificados procedentes do Rio de Janeiro, que oferecem, entre outras, sugestões direcionadas à elaboração de projetos paisagísticos atinentes ao vale do rio Pajeú.

Por este ou aquele impedimento, entretanto, as recomendações daqueles planejadores nunca foram executadas. Desde aquela época, já numa terceira fase, os projetos municipais tornaram-se pesado encargo delegado ao próprio corpo técnico da Prefeitura. Este grupo de profissionais, sem dúvida, gozava e goza das vantagens de uma vivência local no enfrentamento dos problemas, embora, de modo oposto, sempre tenha sido prejudicado com as inevitáveis e maléficas interferências, também locais, impostas por terceiros. Infelizmente, no cômputo das inúmeras obras de

valia executadas durante um longo período pela edilidade fortalezense, o rio Pajeú, sempre esquecido, ficou relegado à própria sorte.

Os rios e as cidades

A relação entre os rios e as cidades perde-se em tempos milenares. Tanto implica os cursos conhecidos por longos comprimentos e variados volumes d'água, como os pequenos rios locais, aparentemente inexpressivos. Apenas para ativar um exercício de memória, poderiam ser mencionados os grandes rios de extenso percurso, que atravessam planícies e servem de vias francas de transporte, como o Amazonas, o Paraná, o Mississipi, o Nilo, o Yang-tse, o Tigre e o Eufrates, o Indo, o Ganges. Competiria também citar os rios de curso médio, que servem como meio de ligação internacional, como o Reno, que atravessa a Suíça, a França, a Alemanha, a Bélgica, o Luxemburgo e a Holanda; como o Danúbio, que cruza a Alemanha, a Áustria, a República Tcheca, a Eslováquia, a Eslovênia, a Bósnia e Herzegovina, a Croácia, a Sérvia, a Romênia, a Bulgária, a Ucrânia. E, mais, os rios integrados à paisagem urbana: o Sena, o Arno, o Tibre. E ainda mais os rios que formam a paisagem urbana: o Amstel, em Amsterdam, o Capibaribe no Recife. E mais ainda: os rios cuja embocadura forma vastas baías portuárias: como o Tejo, em Lisboa, o Grão-Pará em Belém, o Mearim em São Luís. Também os rios com funções complementares, explícitas ou implícitas, como o Carioca, no Rio de Janeiro, o Pajeú, na Cidade da Fortaleza.

Rio ou riacho Pajeú?

A flutuação do emprego dos vocábulos "rio" e "riacho", que se verifica habitualmente na designação do curso d'água em exame, levou o autor deste artigo a justificar, na palestra, as suas razões pelo uso preferencial da expressão "rio" Pajeú. Para tanto, recorreu à etimologia, alinhando, em sua ajuda, três vocábulos latinos - *flumen*, *fluvius* e *rivus*, concernentes a rio, todos com cognatos correntes em língua portuguesa. Como argumentação favorável, diga-se que, de *flumen* (fiume, em italiano), foi criado o gentílico "fluminense", designativo dos nascidos no Estado do Rio de Janeiro. De *fluvius* (fleuve, em francês), procede o adjetivo "fluvial", de largo uso no vernáculo. Quanto a *rivus*, diga-se que o transcorrer do tem-

po e a similitude gráfica latina das letras *u* e *v* fizeram com que a palavra se tornasse *riuus* [*rius*] e, por fim, *rio*, já em português e em espanhol. Em latim, contudo, cabe registrar, *riuus* significava "riacho (FARIA, E., 1943, p. 306), mantendo igual sentido nas versões espanholas da palavra, traduzida como "riachuelo", "arroyo". (DICCIONARIO ILUSTRADO, 2001, p. 442).

Neste jogo de apreciações, como se vê, ora apoiado em definições favoráveis, ora em indefinições, o autor, no presente artigo, externa suas preferências por "rio" Pajeú, apesar de percebê-las discutíveis...

O topônimo Pajeú

Nas presentes considerações, deve-se consignar que o autor, em seus argumentos, se limitou deliberadamente em consultar apenas a documentação cartográfica disponível, embora saiba haver mapas falsos ou mapas plenos de falsidades. Assim posto, arrisca-se a assegurar que o topônimo "rio Pajeú" aparece registrado em documentos cartográficos somente nas primeiras décadas do século XVIII, ou melhor, quando da elevação da povoação, situada ao pé do Forte da Assunção, à categoria de vila, matéria considerada mais à frente. Em dias anteriores, sem dúvida, teriam vigorado outros ou outro topônimo.

Por outro lado, o autor também afirma desconhecer a razão da origem do topônimo Pajeú, o qual significaria *rio do Pajé*, em língua indígena.[1]

O pajé era

> "feiticeiro, cantor, sacerdote, profeta e médico da tribo. Os pajés sempre tiveram posição de liderança na vida social e mítica dos seus povos. São verdadeiros repositórios da cultura indígena. Organizam e chefiam a festividades religiosas tribais; conhecem os mitos e as lendas das tribos, os remédios da floresta; pressagiam; são custodiadores dos maracás e invocadores de suas almas e vozes; são maestros e cantores." (LEONTSINIS, A. P. 1992, p. 236)

A propósito, caberia aliás também acrescentar outros significados do vocábulo, tais como:

---

[1] Em Pernambuco, corre um rio Pajeú, afluente maior do rio São Francisco, com 350 quilômetros de extensão.

Pajé – *pajé*, *pai*: - aliado a um espírito bom – *pajecatu*; aliado a um espírito mau*: paje(ang)aíba.* (BARBOSA, A. Lemos. Pe. *Pequeno vocabulário português-tupi*. 1970, p. 153).

Lamentavelmente, não se sabe, por certo, a que pajé, figura expressiva na vida indígena cearense, o pequeno rio foi dedicado. Haveria talvez ligações com índios reunidos em uma "aldeota", nome ampliado ao bairro. "Rua da Aldeota" era a antiga denominação da atual rua Nogueira Accioly, ainda não aberta naqueles tempos remotos e, com sua parte inicial, por muito tempo distante do curso do rio.

A propósito de vocábulos, diga-se que os nossos índios falavam várias línguas. Um dos grupos, o mais numeroso, expressava-se, entretanto, com uma mesma fala, chamada *nheengatu* pelos próprios indígenas (a bela, a boa fala), idioma corrente em vasta área do País. Ainda assim, alguns meios culturais brasileiros se decidiram designá-lo com significação restritiva, denominada "língua *tupi",* empregando um termo que limitava a fala geral de inúmeras tribos à apenas uma delas, à fala dos tupis, índios moradores da região de São Vicente, no litoral de São Paulo.

Antes da reforma ortográfica aplicada à língua portuguesa em 1931, em decorrência de antiga contribuição dos jesuítas, muitos palavras de origem indígena se escreviam com a letra *y*. Os inacianos, ao depararem, na fala dos índios, um fonema desconhecido em língua portuguesa, procuraram transliterá-lo por meio da letra grega *ypsilon*, cuja pronúncia se assemelhava ao *u* francês. Essa particularidade fônica, absorvida pelo léxico toponímico brasileiro, explica a variação na pronúncia de palavras de origem indígena, na qual a dicção do *y* foi realizada ora como *i*, ora como *u*. A duplicidade prosódica ocorre de norte a sul do País, tanto assim que se tem Pajeú, mas também, Acaraú e Icaraí. Ara*cati* e Para*catu*. Uba*tuba* e Curi*tiba*[2].

---

[2] *Y* e *yg*, transliterados com *i* e *u*, significam água corrente, *rio*, *riacho*. Catu e cati, querem dizer, *bom, belo*. Tuba e tiba têm tradução de *muito*. O padre José de Anchieta em seu livro *Artes da Língua mais usada na Costa do Brasil*, publicado em 1595, tratando das letras e sua pronúncia, já comentava: "Vogais. São as mesmas do português, exceto o *Y*, que tem som especial e ainda que se encontre escrito *y*, *i*, *u*, *e*, é o mesmo, pela dificuldade que há na pronunciação dele, máxime nos que não são índios por natureza." (ANCHIETA, São Paulo: Loyola, 1990, p.149, edição fac-similar).

Outras denominações do rio

Como já mencionado, o topônimo Pajeú (Pajehu) parece não constar da documentação mais antiga da Cidade, anterior à primeira metade do século XIX. Raimundo Girão dedicou ao tema, um trabalho intitulado *A cidade do Paje*ú, no qual desenvolve considerações várias, quando discorda da opinião de autores consagrados, seja quanto a fatos históricos, seja quanto a denominações outras, conferidas ao pequeno rio. (1982, p. 83-5)[3].

Paralelamente, nos topônimos, parece haver prevalecido, como mais antiga, a palavra indígena *Marajaig*, traduzida por *rio das Palmeiras*, às vezes, acompanhada do termo *Marajaituba* (muitas palmeiras), o *Palmeiral*, pertinente ao local ocupado por um forte holandês, perto da foz do rio. A duplicidade prosódica, referida em tópico anterior, pode ser percebida no emprego dos topônimos Marajai*tuba* e Marajai*tiba*, referidos à mesma colina onde o forte foi assentado.

O rio, o forte holandês e os holandeses

De modo geral, os comentários sobre o rio Pajeú se interligam com um forte construído pelos holandeses, em 1649, perto de sua foz, quando de uma segunda incursão ao Ceará. Uma primeira tentativa de ocupação neerlandesa do Ceará havia ocorrido em 1637, talvez incentivada por Maurício de Nassau, então recém-chegado ao Brasil. Na ocasião, em busca do âmbar, os holandeses capturaram um forte português, então semiabandonado, erguido por Martim Soares Moreno na barra do rio Ceará. Desentendimentos posteriores, travados com os índios, resultaram no massacre da guarnição holandesa em 1644.

***

As invasões holandesas no Brasil procediam de distantes desentendimentos verificados na Europa. Desde fins do século XV, o complicado território da península ibérica fora unificado sob o comando dos reis Castela. Em favor da união, prevaleceram a posição geográfica

[3] Aparecem citados topônimos desconhecidos, como Ipojuca e Telha. Entre os autores contestados por Girão, citem-se principalmente Cândido Mendes e João Brígido. Este último troca o nome do rio pelo nome do morro. (BRIGIDO, Ephemerides, 1900, p.71).

de Castela da península e as riquezas obtidas com a exploração do ouro, da prata e das esmeraldas da América. Eis por que, rapidamente, os reis espanhóis obtiveram incontestável poder sobre imenso império, europeu e ultramarino, a ponto de Carlos V (1500-1558) dizer que o sol não se punha em seus domínios, espalhados em diversos continentes. À época, os engrandecimentos territoriais, nas mais das vezes procediam de situações particulares, até contraditórias, verificadas nos sistemas de heranças reais, ocorrências comuns, geradas pela fragmentação sucessória em casas monárquicas europeias. Por outro lado, fatores vários influíram na perda da hegemonia espanhola em fins do século XVI, iniciada com a derrota naval da chamada Invencível Armada, ante os ingleses, em 1588.

Nos primeiros anos do século XVII, operou-se, portanto, gradativo desmoronamento do poderio hispânico, frente à expansão do protestantismo e em consequência da autonomia política de valiosas partes europeias do império. Das áreas que se separaram, destacavam-se as chamadas Províncias Unidas dos Países Baixos (Nederland), conhecidas nas nações latinas como Holanda, na verdade, denominação de uma das províncias, a maior e a mais rica das componentes da união. A coligação neerlandesa de pequenos estados autônomos desenvolveu a rápida formação de uma atuante frota comercial, explorada pelas Companhias de Comércio das Índias Ocidentais e das Índias Orientais. Essas empresas capitalistas, imbricadas no Estado, em boa parte eram mantidas por ações populares e complementadas com a arrecadação das atividades dos navios de corso. O acúmulo de metade do capital, contudo, provinha de ações adquiridas pelos habitantes da já mencionada província da Holanda [atualmente, são duas], enquanto, um quarto, procedia da Zelândia. Em consequência de seus propósitos comerciais, as Províncias Unidas, então convertidas ao calvinismo, logo se transformaram em ricas e irreconciliáveis inimigas dos espanhóis, atacados onde quer que estes se encontrassem.

À época, o domínio espanhol, ainda com força para expansão na península ibérica, subjugou Portugal por sessenta anos, entre 1580 e 1640, evento que explica o motivo da presença dos holandeses no Brasil na primeira metade do século XVII, tomado como alvo de desforço.

O rio Pajeú na cartografia antiga. O século XVII

A segunda invasão holandesa no Ceará ocorreu em 1649, sob o comando de Matias Beck, em busca de minas de prata, jamais encontradas.

Notícias sobre Beck procedem de um "Diário", por ele escrito tanto ainda em viagem como já no Ceará, nos primeiros tempos da invasão. Partes remanescentes do "Diário" integravam farto acervo documental coletado nos arquivos holandeses entre 1885 e 1886 pelo Dr. José Hygino Duarte Pereira, em missão do governo de Pernambuco. Na *Introdução* da tradução do "Diário", feita por Alfredo de Carvalho (publicada na Revista do Instituto do Ceará, v. 17, 1903, p. 325-405), este assim opina - "Escrito em linguagem de baixo quilate e extremamente incorreta, muito prolixo e difuso, cheio de repetições e redundâncias, sua leitura é por vezes fatigante." (p. III).

O "Diário", conquanto documento pessoal, às vezes, assume aspecto um tanto epistolar, pois sempre faz menção aos *Nobres e Poderosos Senhores*, chefes de Beck no Recife. Cobre acontecimentos ocorridos entre 18 de março de 1649, um pouco antes de a comitiva sair do Recife (chegada ao Mucuripe em 3 de abril, ao meio dia), até 3 de maio, quando o "Diário" encerra, para reabrir em 23 de julho e concluir em 9 de setembro de 1649, ao que parece, já redigido por outra pessoa.

As menções de Matias Beck a lugares são parcas e isoladas, cumprindo registrar apenas uma curta e vaga referência ao rio que corria, supõe-se, junto do seu forte, como assinala: "assim por ter próximo um rio d'água fresca e doce, que do monte ou fortificação pode ser defendido", porém, sem identificá-lo com um nome. (DIÁRIO, p. 348)

Matias Beck, vale lembrar, era um dos dirigentes dos grupos holandeses da Companhia de Comércio das Índias Ocidentais no Brasil, os quais, postos à mercê dos vencedores luso-brasileiros, haviam permanecido confinados no Recife, após as duas esmagadoras derrotas nos Guararapes, em 1648 e 1649. Sem perspectivas, Beck teve noticias de que um soldado português fizera comentários sobre umas minas de prata, descobertas por Martim Soares Moreno no sopé da serra de Maranguape, no Ceará, com catas suspensas por ordem dos reis da Espanha. Atraído pela aventura salvadora, procurou obter informações com o referido soldado português, chamado João d'Albuquerque, de sorte que, crente no êxito de sua missão, conseguiu organizar uma comitiva numerosa (298 pessoas, segundo o "Diário"), para exploração das minas.

Chegado ao Ceará, Beck procurou instalar-se em uma duna consolidada, nas proximidades da foz de um pequeno "rio", tanto porque a navegação no rio Ceará estava impraticável por assoreamento da calha,

como provavelmente por ter recebido informação de João d'Albuquerque, sobre o local, já explorado por Martim Soares Moreno, citado no Diário[4].

Entre os comandados por Matias Beck, postos a serviço dos holandeses, figurava o nome de Robert Carr, engenheiro inglês. Imediatamente à chegada da comitiva, Carr traçou o projeto de um pequeno forte, complementado com um mapa do caminho às minas de Itarema, localizadas no sopé da serra de Maranguape. A planta do forte, com obra concluída em 28 de abril de 1649, talvez o mais antigo documento da área, não faz referências gráficas ao rio[5]. No mapa de acesso às minas, que mostra o desenho da costa cearense fronteira, com risco sumário e impreciso, as legendas assinalam: *nº 7 – Riacho Marajaik*, posteriormente nomeado rio Pajeú. Essa relação de lugares cita inúmeros topônimos, alguns identificáveis, outros desconhecidos[6].

O forte de Carr era bem pequeno (uns 35 metros na maior largura), sem quaisquer condições de abrigar toda a comitiva, além de erguido à pressa, em vinte dias apenas. Jamais poderia conter um grupo de três centenas de pessoas, referidas no "Diário" de Beck. Nas indicações da

[4] Eis um trecho do "Diário" – "(...) deu noticias de Nobres e Poderosos Senhores e affirmou que entre os índios não havia memoria de outra mina senão desta onde dizem que os portugueses e especialmente Martim Soares Moreno, retiraram mineral que era muito rico de prata; quanto á mina, que João d'Albuquerque declarou chamar-se Ussuapaba, a qual sou de opinião que deve ser bem produtiva, disse que era um monte situado há boas 80 leguas d'aqui, para os lados de *Comosy* ou *Comeresilby*, não sabendo se ali existe alguma mina, mas apenas que o dito monte dista 20 leguas do mar; o que de verdadeiro ha neste sentido, só o poderemos saber com certeza quando conseguirmos entrar em relações com os principaes dos índios que ali habitam e delles houvermos informações sobre a situação precisa do referido monte ou obtivermos que nos tragam algum mineral d'ali, e neste intuito nenhuma occasião em tempo devemos perder (...)". (p. 357).

[5] Legendas apresentadas na folha que mostra a planta do forte: ***A.*** O forte de Schoonnenborch situado no monte Marajaitiba. ***B.*** Alojamento do Sr. Beck em cima do portão. ***C.*** O armazem guarnecido de paliçadas. ***D.*** O antigo armazém chamado quartel. ***E.*** O antigo alojamento do Sr. Beck. ***F.*** O antigo Armazem. ***G.*** O novo caminho aberto para a praia a fim de transportar os viveres para cima do monte. / 28 de abril de 1649.

[6] Na praia ou perto, constam da relação, como lugares de interesse: 7. *Riacho chamado Marajaik*. 11. Tipoig (talvez o riacho Jacarecanga); 12. rio Ceará; 13. forte de São Sebastião (arruinado). No caminho da mina, são citados: 16. riacho Piyjoatu; 17. riacho Piraoba; 19. pequena lagoa Indobuaponga (Maraponga?); 20. grande lagoa de Monduig (Mondubim); 21. riacho Itapoba. 23. riacho Itarema Igeoab; 29. riacho Itarema; 30. Maragoa. O riacho Itapoba aparece citado por Beck como Itapeba (pedra chata). Itarema (pedra com mau cheiro) é a atual Taquara. Maragoa é Maranguape. João Brígido trata de alguns desses topônimos, todavia com interpretações pessoais. Revista do Instituto do Ceará, v. 16, 1902, p. 121-5)

planta do forte aparece um desenho retangular, com linhas que lembram telhados de quatro águas, denominado nas legendas como "F. Velho armazém" (*oude magazyn*), levantado fora, mas junto do recinto do forte. Esse galpão antigo, em uma fortificação novíssima, erguida havia apenas vinte dias, somente encontra explicação para sua origem, se já construído anteriormente e, neste caso, sem dúvida, por Martim Soares Moreno.

Quanto às obras de defesa, como assinalam vários especialistas, os holandeses recorriam a técnicas precárias, fosse pela pressa da execução, fosse pelo uso de materiais inadequados, o que explica os reveses nas guerras da Restauração, em Pernambuco. O forte erguido no Ceará recorria a um contorno poligonal de defesas provavelmente obra de terra (ou argila) apiloada, com uma das pontas ocupada por um "armazém guarnecido de paliçadas" (*palizaten beset*, assinala Carr em seu mapa, letra C), obras de troncos de madeira, às vezes, intercalados com reboco de barro e areia, portanto, com duração efêmera[7]. Entregue aos portugueses, que o nomearam Forte de Nossa Senhora da Assunção, já arruinado, seria reconstruído oito anos depois, por ordem de um dos governadores do Maranhão, de passagem pelo Ceará.

A imagem de Matias Beck, exaltado por respeitados estudiosos cearenses como figura histórica significativa, sofreu forte desgaste recentemente, após a publicação de obra da pesquisadora alemã Rita Krommen (KROMMEN, 1997, p. 71). Segundo a autora, para a incursão ao Ceará, Beck havia obtido a localização e o roteiro de acesso às minas de Itarema, em Maranguape, por extorsão ou, mais claramente, por meio de tortura praticada em João d'Albuquerque, soldado português aprisionado no Recife. Inconformado com o fracasso das buscas, Beck também tentou, sem êxito, encontrar minas no norte do Ceará, nas proximidades de Camocim.

Recuperada a autonomia de Portugal em 1640, não havia como justificar a presença holandesa no Brasil. Ainda assim, como já referido, as autoridades portuguesas contemporizaram com a permanência dos holandeses, restrita ao Recife, a fim de evitar a criação de novos inimigos. Mantinham-se certos de que os invasores, por dificuldades de abastecimento e à falta de ações não lucrativas, acabariam por abandonar o Brasil.

---

[7] Paliçada é palavra de origem italiana, referente a uma cerca de paus (it. *pali*). "Plantação de buxo e outras arvores, de modo que com seus ramos alinhados formam uma especie de parede". (RODRIGUES, F. A., 1875, 281).

Em cumprimento da capitulação da Campina do Taborda (26 de janeiro de 1654), em Pernambuco, os holandeses deixaram o Brasil em definitivo, ocasião quando Matias Beck se retirou para Aruba, nas Antilhas.

***

Os holandeses retornariam ao Brasil isoladamente, em missão de paz. Voltariam depois de meados do século XIX, como padres católicos, encarregados da instalação de seminários e paróquias num quadro demográfico em expansão. Também chegariam ao longo do século XX, como valiosos grupos de imigrantes, produtores agrícolas estabelecidos em São Paulo (Holambra). Nos anos iniciais do século XXI, reapareceriam no Ceará como bem-vindos intermediários comerciais e assessores técnicos na produção de flores, no alto da Serra da Ibiapaba.

Um erro na cartografia original neerlandesa

Com referência à documentação cartográfica disponível, há um erro no mapa original neerlandês, que apresenta a indicação *7. Revierten genoemt Marajaitiba*, isto é – Riacho chamado Marajaitiba, quando este topônimo indígena designava o morro onde o forte se assentava. Não se entende a razão do equívoco, pois, mais à frente, o mapa assinala com exatidão: *12. Revier van Siara* (Rio de Ceará). No mapa traduzido por Alfredo de Carvalho, entretanto, lê-se o registro devidamente corrigido: 7. Riacho chamado Marajaik.

A propósito do lapso cartográfico, o autor deparou muitas dificuldades em encontrar cópia legível do mapa traduzido por Alfredo de Carvalho. Sensibilizado, agradece a gentileza dos sócios efetivos do Instituto do Ceará José Augusto Bezerra e Júlio Lima Verde Campos de Oliveira, que muito o ajudaram na valiosa obtenção de cópia do mapa traduzido, em condições de ser publicada.

O rio Pajeú e a cartografia antiga do Ceará. O século XVIII

Como visto, o mapa de Carr, dos anos centrais do século XVII, não faz referência a um rio Pajeú, que correria perto do forte. Quando muito, subentenderia um riacho Marajaik[8].

[8] Ver item 7 da nota de rodapé 6.

No século XVIII, conforme o atual estado das pesquisas cartográficas, conta-se com dois mapas. Assim, pode-se dizer que a mais antiga referência pertinente ao rio dito Pajeú apareceria no mapa mandado preparar em Lisboa, em 1730, por Manuel Francês, Capitão-mor da Capitania do Ceará. Francês apresentou o mapa como documento de comprovação dos serviços que prestara ao rei em favor da instalação da vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, ocorrida em 13 de abril de 1726. Esse mapa (ca. 1730), intitulado *Villa Nova da fortaleza de Nossa Senhora d Assumpssão, que S. Mag.de que Deos guarde foy cervido mandar criar*, encontra-se guardado no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa. Apesar da falta de confiança que desperta, pela apresentação de inúmeras impropriedades (até inverdades), o mapa mostra o curso do rio com relativa precisão, de sua foz ao atual Parque da Liberdade, todavia, sem lhe registrar o nome, mas apenas o designando como "regato que corre para o mar".

Há também outro mapa da mesma época ou talvez já de meados dos anos setecentos, citado como *Costa do Cyará grande do Mucuripe the a Jacarecanga*. Datado de 1745, teria Xavier Bernardo como autor. O Barão de Studart comenta: "Encontrei esta carta nos archivos da Torre do Tombo em Lisboa, e tirei uma copia d'ella." (STUDART, Datas e Factos, tomo II, p.254). O mapa da *Costa do Cyará grande*, hoje guardado no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, mostra a praia fronteira à vila com relativa correção. Indica o rio Pajeú, que contorna a vila, mas toma rumo do oeste, portanto, em sentido contrário ao seu curso, o que demonstra, na época, o pouco interesse pelas terras fortalezenses extraurbanas contíguas ao rio.

O rio Pajeu e a cartografia antiga do Ceará. A primeira metade do século XIX

São inúmeros os mapas datados do século XIX em que o Pajeú aparece. A apresentação do curso do rio fica, todavia, limitada às dimensões da Cidade, isto é, com maior ou menor precisão, ao grupo de curvas norte-sul que o conduzem à foz.

Um dos desenhos de maior valia para estudos de evolução urbana da Cidade (não se trata propriamente de um mapa) é uma bela vista da vila, tomada do mar, a *vol d'oiseau*, que indica o precário ancoradouro e a faixa de praia onde o Pajeú deságua, bem como a pequena ponte

de cruzamento do rio, no caminho de subida à Vila. A vista, intitulada *Prospecto da Villa de N.Srª. d'Assumpção do Porto do Ceará*, teve autoria do capitão de fragata Francisco Antônio Marques de Giraldes e está guardada no Arquivo Histórico Militar, no Rio de Janeiro. Giraldes também tirou uma carta batimétrica da bacia portuária da Vila, documento gráfico alheio a estas considerações.

No começo ainda do século XIX, conta-se com as valiosas cartas do tenente-coronel de engenheiros Antônio José da Silva Paulet (1778-1837), preparadas em 1812, 1813 e 1818, valorizadas com a inclusão da parte nova da vila, com quadras de desenho ortogonal, propostas pelo próprio Paulet. A área de ampliação urbana, que distanciou do vale do Pajeú a vila em crescimento, tivera a localização determinada em 1808 pelo ouvidor Francisco Afonso Ferreira, não se sabe se com finalidade expressa de preservação do rio ou com o intuito de evitar uma expansão urbana indesejada, que se prenunciava linear. A planta de Paulet, preparada em 1813, preservada no Arquivo do Itamaratí, mas desaparecida, assinala a abertura da rua do Norte (atual rua Governador Sampaio), na margem direita do rio Pajeú. Presume-se que essa rua, "inclinada" ao traçado já oferecido por Paulet, visava a estabelecer um trecho urbano, oriental, com risco também em xadrez, porém, autônomo. Na parte baixa do rio, aparece a legenda "massaió" (maceió), palavra indígena que significa lamaçal formado por impregnação de água de rios ou de marés.

O rio Pajeu e a cartografia antiga do Ceará. A segunda metade do século XIX

Na planta oficiosa, preparada em 1850 por Antônio Simões Ferreira de Faria, cordeador da Câmara e antigo auxiliar de Paulet, aparece talvez a mais antiga citação do topônimo Pajeú, embora referido ao *açude do Pajeú*, mandado construir pelo padre senador José Martiniano de Alencar, quando presidente da Província em sua primeira administração (1834-1837).

Ao longo da segunda metade do século XIX, impõe-se citação do conjunto dos três mapas da Cidade elaborados pelo engenheiro Adolpho Herbster (1826-1893), "architecto da Câmara Municipal". O primeiro dos mapas, rigorosamente desenhados com técnicas então atualizadas, intitula-se *Planta Exacta da Capital do Ceará / Abril de 1859*, no qual, salvo a rua do Norte (Governador Sampaio), aberta por Paulet em 1813, a

margem direita do Pajeú se mostra praticamente sem ocupação urbana. Por tal razão, a inserção do rio Pajeú no desenho de Herbster alcança terrenos baldios a leste, talvez hoje, quando muito, correspondentes à atual rua Dona Leopoldina. Nas legendas da *Planta Exacta*, consta a denominação *Pajeú*, provavelmente a mais antiga indicação clara e inequívoca do topônimo em documento oficial.

Da autoria também de Herbster, novo mapa oficial, dito *Planta da Cidade da Fortaleza e subúrbios*, aparece em 1875, elaborado com o fim de atender à expansão ortogonal fortalezense, consoante proposta aprovada pela Câmara havia pouco, mapa no qual estão desenhadas as vias que devem ser abertas. O curso do rio Pajeú figura inteiramente desobstruído nas áreas alcançadas pelo mapa, que vão até a rua Dona Leopoldina, então aquela situada mais a leste, com traçado já previsto.

Finalmente, deve ser mencionada a *Planta da Cidade da Fortaleza / Capital da Provincia do Ceará / Levantada por Adolpho Herbster / 1888*. Organizada por deliberação pessoal do próprio autor, trata-se da primeira carta fortalezense impressa em litografia, portanto, com exemplares expostos à venda. Reproduz e atualiza a planta de 1875, pondo à vista o curso do rio Pajeú, desde a rua Nogueira Accioly, à época, indicada como a mais oriental da Cidade.

***

Nos mapas de Herbster, pede observação o trecho final, a foz do rio Pajeú. Sua embocadura na praia Formosa, desde então, sofrerá seguidas e perceptíveis alterações, ocorridas depois de 1875, provocadas pelas tentativas de implantação de um porto (cais acostável) na frente da cidade, empreendimento substituído no século XX por obras de interesse comercial, patrocinadas por empreendedores locais.

O rio Pajeu e a cartografia urbana fortalezense na primeira metade do século XX

Apenas dois mapas despertam atenção no período em exame. Um deles constitui a *Planta da Administração Revolucionária 1931-1932*, na realidade, uma atualização da carta de Herbster elaborada em 1888, todavia, agora desenhada na escala de 1:10.000, portanto, restrita à área

então ocupada pela Cidade. A indicação de ruas, com abertura prevista em sentido do leste, já alcança a atual avenida Rui Barbosa, referência extrema de indicação do curso do rio Pajeú na planta.

O outro mapa intitula-se *Carta da Cidade de Fortaleza e Arredores./ Levantada, desenhada e impressa pelo Serviço Geográfico do Exército. / 1:10.000 /Rio de Janeiro / 1945,* preparado por meio de levantamento aerofotogramétrico. Em decorrência da escala adotada e da área representada, correspondente a quase todo o município de Fortaleza, o mapa se desenvolve em um conjunto de oito folhas coloridas, que documentam com absoluta precisão as áreas construídas ou baldias, apresentadas em curvas de nível a cada cinco metros. A aerofotogrametria era uma novidade técnica na época, utilizada durante a última guerra mundial (as tomadas da carta começaram a ser realizadas em 3 de janeiro de 1944 e concluídas um ano depois). Os mapas eram obtidos por meio da *reconstituição* de *mosaicos* de *fotogramas*, tarefas efetuadas com aparelhagem especial, adaptada a aeronaves. O relevo do solo e das edificações nos fotogramas podia ser percebido por meio de estereoscópios, palavra que significa, ou melhor, que se refere a uma visão sólida, isto é, tridimensional. O mapa de 1945, portanto, para os objetivos deste artigo, sobreleva os demais com superior valia, uma vez que *mostra, naquele ano, ainda à vista e totalmente desimpedido, todo o curso do rio Pajeú, de sua nascença à foz*, como se sabe, em boa parte hoje canalizado.

Em 1973, quase vinte anos depois, foi realizado novo levantamento, agora, entretanto, por empresa particular, vinculada aos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul. O trabalho, minuciosamente executado na escala de 1:5.000, era composto por um conjunto de 186 pranchas, cujos fotogramas podiam ser consultados por meio de estereoscópios de bolso. Na ocasião, a nascente do rio Pajeú e suas proximidades já estavam ocupadas por casario. O rio, no seu início, quando corria em diagonal nos quarteirões vizinhos, encanado, tivera sua calha transformada em via pública, numa então chamada rua Miragem, atual rua General Melo Machado.

***

Posteriormente, novas cartas foram contratadas diretamente pela Prefeitura de Fortaleza com empresas particulares, ainda então aplicadas as mesmas técnicas de levantamentos aerofotogramétricos. Em dias atuais,

os mapas são obtidos por imagens captadas por satélites, divulgadas pela Internet, praticamente livres dos efeitos de paralaxe. Todos estes últimos mapas demonstram a gradativa ocupação do leito do rio Pajeú.

Os planos diretores e o rio Pajeú

Longos comentários sobre planos diretores oferecidos à Cidade e seus fracassos constam de artigo do autor intitulado *Planos para Fortaleza esquecidos ou descaminhos de desenhos da Cidade,* publicado na Revista do Instituto do Ceará (v. 125, 2011, p. 65-136). O retorno ao assunto ocorre agora, todavia, restrito direta ou indiretamente ao rio Pajeú.

Como já foi referido, a contratação do preparo de planos diretores da Cidade com profissionais habilitados verificou-se por três décadas, entre 1933 e 1960-62. A criação da Universidade Federal do Ceará em 1954, sua instalação no ano seguinte, o funcionamento da Escola de Engenharia, em 1956, e da Escola de Arquitetura, em 1965, e mais a presença dos primeiros diplomados, respectivamente em 1960 e 1969, criaram condições locais para o ensino e o debate de matéria especializada, atinente a espaços fortalezenses.

***

O primeiro plano diretor originou-se de um pré-contrato assinado com o arquiteto Nestor Egydio de Figueiredo (1893-1973), pernambucano do Recife, filho de aracatienses. Figueiredo vivia no Rio de Janeiro e fora convidado para elaborar planos de expansão e recuperação das cidades do Recife, de João Pessoa e de Natal, ocasião em que manteve contato com intermediários do prefeito engenheiro Manuel Tibúrcio Cavalcanti (1882-1939) e de seu secretário, Raimundo Girão (1900-1988), seu sobrinho e sucessor no comando da administração municipal.

Premido por reduzidas informações disponíveis, Figueiredo recorreu à planta da Cidade, preparada pelo Município no ano anterior e, por meio de sobrevoos nos pequenos aviões do Exército (os "encarnadinhos"), colheu anotações mínimas necessárias à montagem de um desenho em que traduzia, sem quantificação, suas ideias gerais pertinentes à intervenção preconizada. Não se sabe o tempo que seria despendido com o posterior desenvolvimento técnico do plano, o qual ficava orçado em 120 contos de reis.

O desenho, restrito a uma folha, intitulava-se *Plano de Remodelação e Expansão da Cidade de Fortaleza / Ante-projeto organisado pelo arquiteto Nestor E. de Figueiredo – ENBA – ICAB / Escala 1:5.000.* Na ocasião, ainda não reconhecidas oficialmente as profissões do arquiteto e do engenheiro (ficariam congregados no sistema CONFEA/CREA, conforme Decreto-lei 23.569 de 11 de dezembro de 1933), os diplomados recorriam à citação da escola superior em que se haviam formado e também declaravam a instituição corporativa de que eram associados, a fim de se distinguirem dos leigos. ENBA significava Escola Nacional de Belas Artes e ICAB, Instituto Central de Arquitetos do Brasil, posteriormente reduzido para Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).

Como, na época, as câmaras municipais estavam fechadas por determinação dos vencedores da Revolução de 1930, Cavalcanti e Girão criaram uma Comissão do Plano da Cidade, formada por pessoas de expressão social e cultural, encarregadas de debater, aprovar e acompanhar a execução do plano diretor da Cidade.

Na Comissão do Plano, o voto do relator Eurico Salgado foi totalmente favorável às proposições de Figueiredo, elogiadas de modo elegante e acompanhadas de comentários criteriosos. Por motivo de viagem, Salgado teve de se desligar dos trabalhos, momento em que, Júlio Rodrigues, outro membro da Comissão, se manifestou obstinadamente contra a contratação do plano. Argumentava que a Cidade não precisava de planos, operação caríssima, superior às disponibilidades do erário fortalezense pelo que a Municipalidade devia empenhar-se na construção de um abrigo para menores abandonados. Segundo suas afirmações, os planos somente eram aplicados em cidades com mais de dois milhões de habitantes (Fortaleza andava, à volta dos 130 mil, porém contava com o duplo da população de João Pessoa ou de Natal, que haviam contratado planos com Figueiredo). Insistente, Rodrigues replicava que todos os trabalhos encomendados pela Município deveriam ser escolhidos por via de concorrência pública, afirmativa em que foi contrariado por resposta à consulta dirigida ao ICAB (Instituto [Central] de Arquitetos do Brasil), segundo a qual os concursos de anteprojetos somente podiam ser aplicados no caso de cidades novas (como viria a ocorrer em Goiânia, Brasília, Palmas). Em cidades já construídas, os concursos tornavam-se inviáveis, de sorte que a escolha deveria recair em um profissional realmente habilitado.

As considerações ora apresentadas pelo autor do texto procuraram esclarecer as dificuldades deparadas por Figueiredo. Ainda assim o urbanista conseguiu executar o desenho do "anteprojeto", do qual se tem ciência por meio de uma cópia fotográfica reduzida, com trechos sem nitidez, possivelmente integrante dos arquivos de Raimundo Girão. Dadas as circunstâncias relatadas, não haveria como ficarem assinalados na pequena planta indícios, sequer, do rio Pajeú no desenho de Figueiredo que chegou aos nossos dias[9].

***

Sujeita a administração municipal ainda à situação institucional criada pela Revolução de 1930, o interventor federal general José Machado Lopes, em fins de 1946 e começo de 1947, à frente da direção do Estado, decidiu convidar o urbanista José Otacílio Saboya Ribeiro (Fortaleza, 1903 - Rio de Janeiro, 1969) a vir à sua cidade natal, a fim de elaborar um plano urbanístico. Os entendimentos mantidos e as proposições de Saboya Ribeiro, logo apresentadas, resultaram na assinatura de um contrato com a Prefeitura, que o encarregavam de "elaborar um *Plano de Diretor para a Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza*", consoante decreto municipal nº 785, de 2 de fevereiro de 1947. O general Machado Lopes demorou-se muito pouco no Ceará, substituído pelo governador eleito Faustino de Albuquerque, autoridade alheia aos trabalhos do urbanista, situação política nova, que lhe causou dissabores.

Na montagem do plano, Saboya Ribeiro levava clara vantagem sobre Nestor de Figueiredo, pois podia consultar a magnífica carta aerofotogramétrica, executada pelo Exército em 1945, atualíssima, portanto. A carta lhe franqueava o conhecimento do relevo do solo de quase todo o município da Capital, com curvas de nível a cada 5 metros, mostrando rios, riachos, lagoas, desenho das praias, estradas, vias vicinais, aglomerações suburbanas e áreas baldias[10].

---

[9] O autor destas considerações teve oportunidade de manter contato pessoal com Figueiredo, o qual, compreensivelmente, se referia de modo pouco elogioso ao Sr. Júlio Rodrigues e ao Sr. Álvaro Weyne, prefeito fortalezense na época. Palavras amargas do arquiteto sobre o plano constam de entrevista gravada por antigos alunos do autor deste artigo.

[10] Para melhor entendimento dos fatos, consultar o artigo intitulado - RIBEIRO, José Otacílio de Saboya. Memorial justificativo do plano diretor para a cidade de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 69, 1955: p. 215-243.

O plano de Saboya Ribeiro solicitava a abertura de avenidas-canal com 24 metros de largura mínima. Uma delas ao longo de toda a extensão do rio, assim ficava definida:

> "Aproveitamento do vale do Pajeú, nas adjacências do centro comercial, de modo a recuperar as áreas de valor muito reduzido, transformando-as em áreas úteis e necessárias ao embelezamento e extensão do centro urbano, destinando essas áreas à formação de um centro cívico." (Memorial justificativo. 1955.p. 332).

***

A visita equivocada de um arquiteto, vindo do Rio de Janeiro a fim de examinar problemas urbanísticos da Cidade, indicado ao prefeito Manoel Cordeiro Neto, não se sabe por quem, redundou em situações desagradáveis, tal o estranho comportamento do convidado...[11]

Como medida destinada a recuperar a imagem arranhada do administrador municipal em círculos cultos da Cidade, um grupo de amigos sugeriu o nome do arquiteto Hélio Modesto, professor no curso de pós-gradução em Urbanismo na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (hoje, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Hélio Modesto veio acompanhado de uma pequena e qualificada equipe em que se destacavam o sociólogo José Artur Rios, o engenheiro Mário Laranjeiras e a arquiteta Adina Mera, argentina radicada no Brasil, saudosa amiga.

Entre as intervenções, no que tange a rede hídrica da Cidade, as diretrizes do plano de Modesto recomendavam – "Preservação dos talwegs (de rios e riachos), p. 201-02. Área do Pajeú / tratamento paisagístico : Avenida-parque Pajeú, com início na avenida D. Manuel (p. 234). Reservas de áreas livres de uso público." (p.238).

Aos que tiverem particular interesse pela matéria, conviria um contato mais aproximado com a memória do Plano Hélio Modesto (ver MODESTO, Hélio. Plano Diretor de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, t. 78, 1964, p. 201-42.)

---

[11] Sobre a presença do urbanista Cláudio Manuel da Costa na Cidade, ver os comentários do autor deste texto na Revista do Instituto do Ceará, v. 125, 2011, p. 121-3.

A administração Murilo Borges e o vale do Pajeú

A subsequente administração Murilo Borges tinha outras realizações em vista, de sorte que não se preocupou com o plano legado por seu antecessor. Por outro lado, inacreditavelmente, as pranchas do plano Hélio Modesto, descartadas em um dos porões do Paço Municipal, desapareceram queimadas pelas chamas de um fogareiro inabilmente manipulado por um servidor humilde, que desejava aquecer sua refeição...

Houve, porém, na administração Murilo Borges um projeto de implantação de uma avenida para tráfego rápido, que ligaria a praça da Sé à avenida Dom Manuel. A fim de facilitar o escoamento de veículos, seria lançado sobre o rio Pajeú (o qual, ficaria à vista ou encanado) um viaduto no Beco do Pocinho, via alargada por recuo das futuras edificações. Os coproprietários do Palácio Progresso, edifício cuja construção, à época, teve que atender a proposições municipais, mal definidas e jamais executadas, ainda sofrem as consequências do cumprimento de decisões improvisadas.

O atual estado de conservação do rio Pajeú. O século XXI

Conforme o relato ora exposto, agravado com o desinteresse das administrações municipais, o estado em que hoje o rio Pajeú se apresenta é praticamente irreversível. Como proposta talvez fantasiosa, o autor deste artigo se arriscaria a sugerir às autoridades competentes pelo menos fosse examinada a possibilidade do restabelecimento ambiental da nascença do rio Pajeú, nascença confirmada, desobstruída e cercada por uma pracinha de área mínima, visitável e identificada por um marco físico e simbólico.

À guisa de conclusão

No estado atual das pesquisas, podem ser oferecidas algumas conclusões, talvez alteráveis. Conforme se depreende da cartografia consultada, várias indicações gráficas do rio Pajeú, isto é, apenas *expressas em desenhos*, constam dos mapas locais desde inícios do século XVIII, figurando como o mais antigo aquele mandado tirar em Lisboa pelo capitão-mor Manuel Francês (c. 1730).

Por seu turno, o *vocábulo* Pajeú aparece assinalado *por escrito* somente no mapa oficioso de Antônio Simoens Ferreira de Faria, em 1850,

ainda assim, como "açude do Pajeú". O topônimo pode, porém, ser lido claramente nas legendas da *Planta Exacta da Capital do Ceará /Abril de 1859,* carta oficial, elaborada por Adolpho Herbster nove anos depois, por solicitação da Câmara Municipal. Ainda como referência escrita, diga-se que *Planta do Porto e Villa da Fortaleza*, da autoria de Antônio José da Silva Paulet, datada de 1813, cita o rio, entretanto, indiretamente, pois o nomeia como *massaió*.

Não se devem omitir, quanto a alusões mais antigas, aquelas incluídas no mapa neerlandês do engenheiro Robert Carr (1649), as quais, contudo, além de desconhecerem o vocábulo Pajeú, trocam o topônimo Marajaik, que era o riacho, por Marajaitiba, o morro.

No pertinente à nascença do rio Pajeú, em favor da exata localização do seu sítio, apontado na *Carta da Cidade de Fortaleza e arrredores / Levantada, desenhada e impressa pelo Serviço Geográfico do Exército* (1945), recomenda-se, com insistência, confirmá-la com prospecção executada *in situ*.

Adendo necessário: uma placa comemorativa restaurada

Por longo tempo, no pátio frontal da sede do Instituto do Ceará, permaneceu parte ampla de uma placa comemorativa da instalação de uma fonte [na verdade, uma enorme cacimba] providenciada quando da seca de 1877-1879. Nas paredes da cacimba, mantém-se engastada curiosa escada helicoidal de alvenaria de tijolos, a qual deveria ser aprofundada por acréscimos de degraus, à medida que o nível lençol d'água fosse baixando. A cacimba, de amplo diâmetro, aberta em ponto um pouco já mais distante do rio Pajeú, localiza-se na antiga praça Barão de Ibiapaba (mais conhecida como praça do Colégio Militar), hoje transformada em campo de desportos do educandário. A atividade dificulta o acesso, ora também interditado por obras do metrô[12].

[12] O plano Helio Modesto preconizava a aquisição de ampla área destinada à construção de instalações condignas para o Colégio Militar, nas quais pudessem ser atendidas as suas particularidades educacionais. O atual prédio do Colégio, com adaptações, passaria a servir de sede da 10ª Região Militar. A medida, liberando o atual Quartel General de suas atuais funções, transformava-o em centro cívico da Cidade, integrado a um conjunto valioso, composto pelo Passeio Público e pela Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção [,] e mantido com participação do Exército. A sugestão não foi ouvida, embora ainda factível.

Encontradas outras partes remanescentes da placa junto da sede do Arquivo Intermediário do Estado, à margem do rio Pajeu, a direção do Instituto do Ceará decidiu tentar a reconstituição do conjunto de peças, ainda que ficasse privado de algumas delas. Obra de pedra lioz[13], a placa foi lavrada em Portugal por encomenda do governo provincial e talvez remetida para o Ceará juntamente com o auxilio prestado aos flagelados da terrível seca pela Rainha Dona Maria Pia de Saboia.

Como os trabalhos de recomposição foram financiadas/**os** pela Câmara dos Diretores Lojistas (CDL), decidiu-se que a placa seria aposta à margem do rio, tanto situada perto da sede daquela instituição, como em jardim por ela mantido, em local visível aos transeuntes. Na placa, leem-se os dizeres:

> *Esta fonte publica / mandou-a construir* [na] *secca de / 1878 /*
> *o exm.º senad.or José Julio de Albuquerqu.e Barros /*
> *como presidente da província /*
> *sendo constructor o* [eng.] *ten.e Philippe de Araujo Sampaio.*

***

BIBLIOGRAFIA

ANCHIETA, Joseph de. *Artes da Língua mais usada na Costa do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990. (Reprodução fac-similar da 1ª edição, Coimbra, 1595).

BARBOSA, A. Lemos, Pe. *Pequeno vocabulário português-tupi*. Rio de Janeiro: São José, 1970.

BECK, Matias. Diario da expedição de Matias Beck ao Ceará em 1649. Tradução do hollandez por Alfredo de Carvalho. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, v. 17, 1903, p. 325-405.

CASTRO, José Liberal de – Cartografia Cearense no Arquivo Histórico do Exército. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, v. 111,1997, p. 9-79.

_____ Planos para Fortaleza esquecidos ou descaminho de desenhos da Cidade. *Revista do Instituto do Ceará.* Fortaleza, v.125, 2011.

[13] LIOZ, adj. do fr. *liais*, do gr, *leiós*, liso, (archit. e esculp.), pedra calcarea dura, branca, de grão mui fino, de que se faz uso não só para obras de architectura, mas para estatuas: em Portugal há varias pedreiras de *lioz* e entre estas é muito conhecida a de Pero Pinheiro, junto a Mafra. (RODRIGUES, F.A., 1875, p. 241).

DICCIONARIO Ilustrado Latín-Español / Español-Latín. Barcelona: Spes Editorial, 2001.

FARIA, Ernesto. *Vocabulário latino-português*. Rio de Janeiro, Briguiet, 1943.

GIRÃO, Raimundo. *A cidade do Pajeú*. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1982. _____Planos de urbanização de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 57, 1943.

KROMMEN, Rita. *Matias Beck e a Companhia das Índias Ocidentais*. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1997.

LEONTSINIS, Alexandre P. *O tupi nossa língua ecológica*. Rio de Janeiro: Stassa, 1992.

MODESTO, Hélio. Plano Diretor de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, v. 78, 1964, p. 201-42.

RIBEIRO, José Otacílio de Saboya. Memorial justificativo do plano diretor para a cidade de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 69, 1955, p. 215-243.

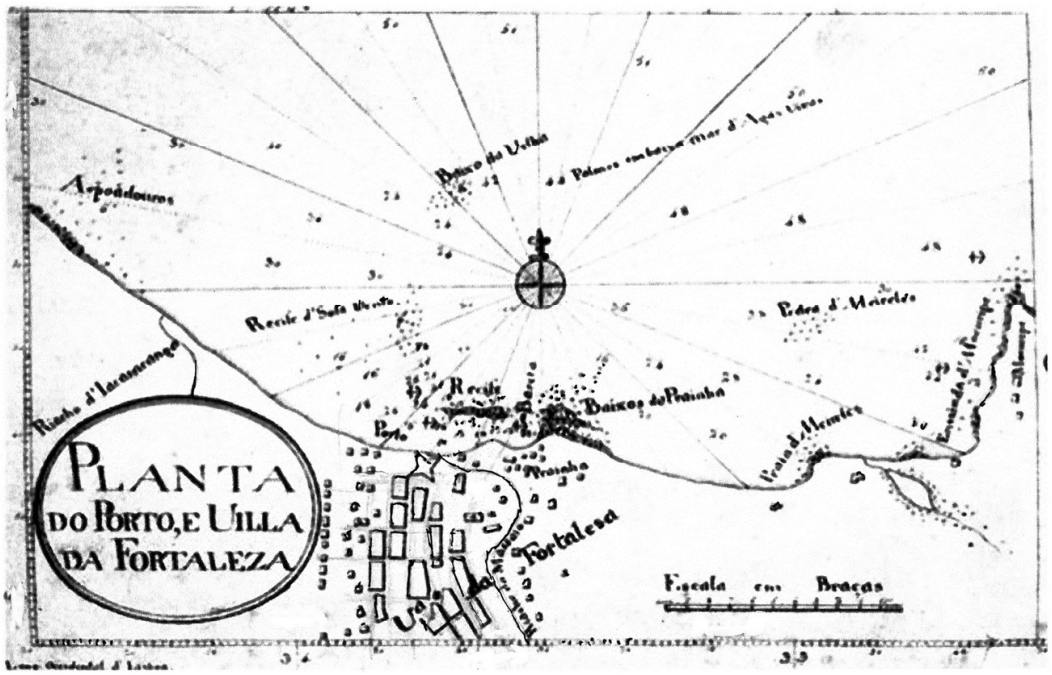
RODRIGUES, Francisco de Assis. *Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.

SANTOS, João Brígido dos. Algumas etymologias. *Revista do Instituto do Ceará.* Fortaleza, v. 16, 1902. p 121-125.

_____Ephemerides do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, v.14, 1900, p. 3-64 e 137-226.

STUDART. Guilherme, Barão de. *Datas e factos para a história do Ceará*. Fortaleza: Typ. Studart, 1896.

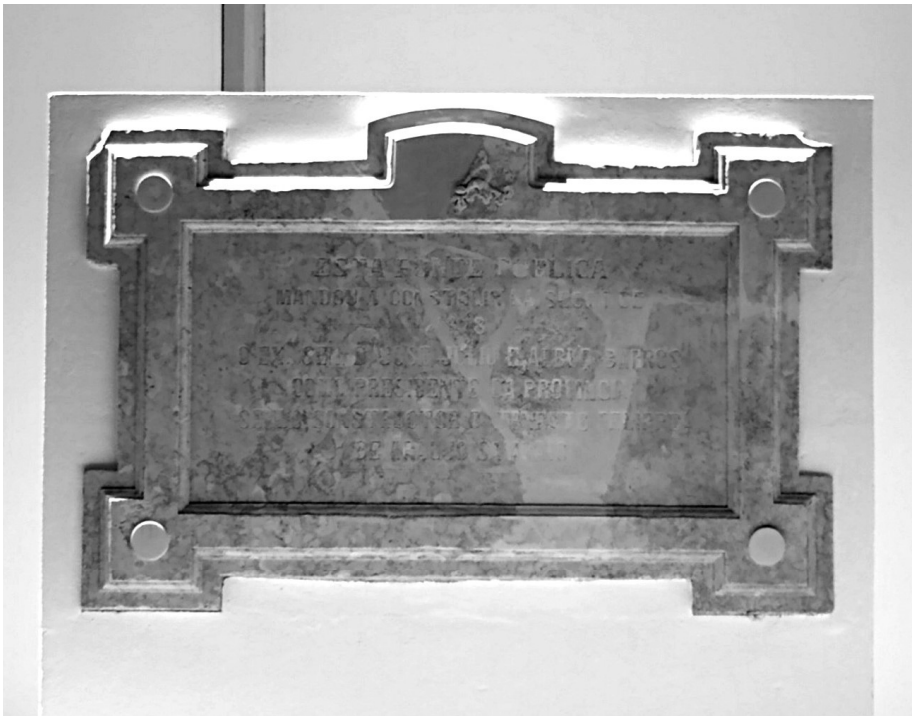
_____ *Comemorando o tricentenario da chegada dos primeiros portugueses ao Ceará*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1903.



PAULET, Antônio José da Silva. Planta do Porto e da Villa da Fortaleza. 1813. Observar a indicação Massaió, designando o rio Pajeú.
Fonte: Acervo da Mapoteca do Itamarati, Rio de Janeiro.

PAULET, Antônio José da Silva. Planta do Porto e da Villa Fortaleza, ou CEARÀ. Transcrição impressa no Atlas do Baron de Roussin, por Mr. Jos. Schwarzmann e Mr. Le Chev. De Martius. 1831. Embora omitindo referência escrita ao topônimo, entre as plantas antigas, é esta aquela que mostra boa parte do curso do rio Pajeú. Observar a indicação do riacho e da lagoa do Garrote (atual Parque da Liberdade), e também de um massaió (maceió) formado entre o Meireles e o Mucuripe.

Placa comemorativa, aposta na margem esquerda do rio, em frente do antigo açude do Pajeú, construído pelo Senador Alencar. Datada de1878, foi restaurada pelo Instituto do Ceará com financiamento da Câmara dos Diretores Lojistas. Fonte: Arquivos do Instituto do Ceará.



Placa comemorativa localizada em frente ao antigo açude do Pajeú.